





**Vendas no atacado  
e varejo. Venha conferir!**

Telefone (17) 3651-3347  
Av. Inocêncio Figueiredo, nº 53-58 -  
Centro - Palmeira d'Oeste

## STF MANTÉM ACORDO DE REPARAÇÃO PELA TRAGÉDIA DE MARIANA



O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quarta-feira (9) manter o acordo de reparação pelos danos causados pelo rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana (MG), ocorrido em 2015.

A Corte julgou cinco recursos que contestavam a legalidade da homologação e, por unanimidade, entendeu que não há irregularidades

na decisão que homologou o acordo. As ações foram protocoladas por entidades que não são partes no processo.

Em novembro do ano passado, o Supremo homologou o acordo de reparação, que prevê o montante de R\$ 170 bilhões para ações de reparação e compensação pelo desastre ambiental.

O acordo foi assinado pelo governo federal e municípios

envolvidos no desastre. Na época do acidente, a barragem era administrada pela Samarco, empresa controlada pelas mineradoras Vale (brasileira) e BHP Billiton (anglo-australiana).

Do total de recursos, R\$ 100 milhões serão repassados para a União, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, além dos municípios afetados pelos rejeitos. O dinheiro deverá

ser aplicado em programas ambientais e de transferência de renda.

O restante deverá ser aplicado na recuperação de áreas degradadas, reassentamento de comunidades e no pagamento de indenizações às famílias atingidas.

A fiscalização do cumprimento do acordo pelas mineradoras será feita pela Justiça Federal em Minas Gerais.

Londres

Também hoje, o Tribunal Superior de Londres marcou para 2 e 3 de julho as audiências de gerenciamento da segunda fase do julgamento da mineradora anglo-australiana BHP. A Samarco, controladora da barragem, é uma joint venture da brasileira Vale com a subsidiária da BHP no Brasil.

Nesta etapa, a análise da Justiça levará em conta os danos provocados pelo rompimento da barragem e as indenizações aos atingidos, caso a empresa seja condenada.

## QUILOMBOLAS PEDEM ORÇAMENTO E CELERIDADE EM REGULARIZAÇÃO DE TERRAS



O lançamento do Plano de Ação da Agenda Nacional de Titulação Quilombola foi bem recebido por representantes dessas comunidades. Elas, no entanto, alertam para a necessidade de haver previsão orçamentária para a implementação dessas políticas de regularização e pedem celeridade para a publicação de decretos reconhecendo mais áreas quilombolas.

A portaria prevendo a instituição do plano foi assinada na terça-feira (8), de forma conjunta, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e da Igualdade Racial (MIR).

A normativa organiza e coordena as demandas nacionais de regularização fundiária, estabelecendo ações e estratégias para implementação de sistemas e programas. Além disso, dá mais autonomia às comunidades quilombolas, garantindo o direito à terra e à autodeterminação dessas populações.

A expectativa é que esse conjunto de medidas resulte em uma maior celeridade no processo de regularização fundiária — algo que está na lista de reivindicações da Coordenação

Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

Demanda histórica

Articulador político da Conaq, Biko Rodrigues lembra que o plano nacional de regularização fundiária quilombola é fruto de uma cobrança antiga do movimento quilombola.

“Há vários anos cobramos, do Estado brasileiro, um planejamento de como será conduzido o processo de regularização de nossos territórios”, disse ele, ao lembrar que a concretização desse plano durou décadas.

“Entendemos a importância desse plano para fazer um planejamento de curto, médio e longo prazo, e em que também a gente possa trabalhar na linha de verificação, inclusive de normativos internos que dificultam o processo de regularização dos territórios quilombolas, tornando esse processo tão moroso, a ponto de demorar 15 a 20 anos para que uma comunidade quilombola seja titulada”, disse Biko Rodrigues à Agência Brasil.

O articulador político da Conaq diz esperar também que, dentro desse plano, seja possível prever o quanto de orçamento será necessário para avançar na

pauta quilombola, nos processos que já estão em curso ou que já foram objeto de decretos.

“A gente espera, com isso, que o Estado brasileiro, neste governo do presidente Lula, possa colocar recursos para atender a essa pauta tão importante para o país. Entendemos a dificuldade que se tem na questão orçamentária, mas entendemos também que o Estado brasileiro tem uma dívida com as comunidades quilombolas e com o povo negro deste país. Por isso, queremos avançar”, acrescentou.

Eixos de atuação

De acordo com o governo federal, a normativa possui eixos de atuação prevendo gestão integrada das informações, com a implementação de um sistema de monitoramento; atuação intersetorial com acesso a diferentes esferas de governo; estudo e aprimoramento de atos normativos, de forma a fortalecer participação e controle social; e elaboração de estratégias de implementação; e recomposição da força de trabalho.

De forma geral, ela busca organizar e coordenar as demandas nacionais de regularização fundiária de territórios quilombola no âmbito do Programa Aquilomba Brasil.

Entre as ações previstas, estão a criação de estratégias complementares ao Orçamento Geral da União para financiar os processos de regularização de Territórios Quilombolas, em suas diferentes etapas; a implementação do Sistema Nacional Interoperável de Informações Fundiárias Quilombolas; e estudos para implementar o Programa Terra da Gente nos Territórios Quilombolas delimitados.

Centro da política quilombola Durante a cerimônia de assinatura da portaria, o secretário de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Ciganos, Ronaldo dos Santos, disse que o plano “vai tratar do que a gente costuma chamar de centro da política quilombola, permitindo que cada quilombola, em qualquer canto desse país, possa acessar a situação do seu processo de regularização”.

Para o secretário de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira, o lançamento desse plano de ação possibilitará “cada vez mais passos ousados” em prol da regularização das comunidades quilombolas.

POSTO DE SERVIÇO D'OESTE

**D'Oeste** Posto de Serviço

(17) 3651-1129

ABERTO até as 24hs

**Drogaria Parati**

Dedicada a você

AQUI TEM FARMÁCIA POPULAR

**MultiDrogas**

Com você, pela saúde da nossa gente

(17) 3651-1131

Rua Brasil, nº 46-15 - Centro - Palmeira D'Oeste - SP

**CAMAC**

CANÁRIO - MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES

FONE: (17) 3651-1423

FONE/FAX: 3651-1339

RUA BRASIL, Nº 56-100 - CENTRO - PALMEIRA D'OESTE-SP

**ANUNCIE**

SUA

**EMPRESA**

**AQUI!**

17 99752-9367

RESIDENCIAL

**PÔR do SOL**

Palmeira D'Oeste/SP

Você financia direto com o Empreendimento

CONFIRA NOVAS OPORTUNIDADES!

Em LOTES à partir de: **240 mts<sup>2</sup>**

ESGOTADOS LOTES 200 mts<sup>2</sup>

Seu investimento com a segurança do melhor negócio!

Informações / Plantão de Vendas  
17 99668-6735 / 99711-9654